



Gênese discursiva da fórmula 'cultura de paz'

Luciana Salazar Salgado* e Helena Maria Boschi da Silva

Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, Via Washington Luís, Km 235, Cx. Postal 676, 13565-905, São Carlos, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: lucianasalazar@ufscar.br

RESUMO. Este artigo apoia-se em propostas recentes da pesquisadora Krieg-Planque (2010), que trabalha na interface das ciências da informação com os estudos da linguagem, considerando o quadro teórico da análise do discurso francesa, evocado pela noção de 'gênese discursiva' desenvolvida por Maingueneau ([1984] 2008). Focaliza, com isso, o percurso do sintagma 'cultura de paz' no espaço público brasileiro, especialmente na cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), marco de um período de intensa circulação dessa fórmula, para mostrar como é produzido um 'efeito de consenso' na superfície linguística de um termo que, em seus usos, assume interpretações diversas.

Palavras-chave: fórmula discursiva; sintagma cristalizado; circulação de discursos; interdiscurso.

Discursive genesis of the formula 'peace culture'

ABSTRACT. Current paper is based on the recent proposals of researcher Krieg-Planque (2010) in his works at the interface of information sciences and language studies, foregrounded on the theoretical framework of French Discourse Analysis, evoked by the notion of discursive genesis developed by Maingueneau ([1984] 2008). Research focuses on the phrase 'peace culture' within the Brazilian public space, especially in the book *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), a milestone during the period of the formula's intense propagation. The essay shows how a consensus effect is produced on the linguistic surface of a term that, in its uses, is home to several interpretations.

Keywords: discursive formula; crystallized phrase; circulation of discourses; interdiscourse.

Introdução

Com o presente artigo, gostaríamos de contribuir para o conjunto crescente de estudos sobre 'fórmulas discursivas', apoiando-nos em propostas recentes da pesquisadora Krieg-Planque (2010), considerando o quadro teórico da análise do discurso de tradição francesa e, com base nele, a noção de 'gênese discursiva' desenvolvida por Maingueneau ([1984] 2008). Focalizamos, para tanto, o sintagma 'cultura de paz', que, entre outros materiais textuais bastante diversos, aparece com proeminência na cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), num período de intensificação de sua circulação no espaço público.

No que diz respeito a essa cartilha, que se põe em circulação como um texto disparador de reflexões e práticas, importa registrar que Diskin foi cofundadora da Associação Palas Athena, uma das principais entidades que divulgam a 'cultura de paz' no Brasil, e trabalhou como Coordenadora do Comitê Paulista para a Década de Paz, uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e essa associação. É considerada uma das principais figuras do movimento brasileiro pela 'cultura de paz'.

Quanto às pesquisas sobre fórmulas, vale lembrar que seu estudo tem uma larga tradição nas ciências humanas, reunindo investigações sobre provérbios, ditados, máximas, slogans, bordões, entre outros enunciados curtos de alta pregnância. Nos estudos da linguagem, tem-se considerado que são pontos de relativa 'cristalização' da língua; uma fórmula seria, assim, uma espécie de síntese alcançada pela história da língua, que teria levado um elemento polilexical a funcionar como um item do léxico. Nesta ocasião, vista da perspectiva discursiva aqui assumida, a questão se desloca: essa 'síntese linguística' supõe um território delimitado que, no entanto, vê suas fronteiras a todo tempo ameaçadas, estendidas, encolhidas, refeitas.

Trata-se, em linhas gerais, de abordar a língua como constitutivamente opaca e polissêmica, os sujeitos como clivados e as conjunturas de interlocução como marcadas por lugares sociais definidos na sobreposição de temporalidades de que se faz a história. Essa análise do discurso vê nos textos, ou melhor, nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres. Vê, portanto, a relação ininterrupta entre intradiscurso e

interdiscurso. Com base nisso, podemos pensar que sínteses como slogans, ditados e frases feitas, embora possam parecer territórios de apaziguamento, são, antes, posicionamentos que denunciam a rede de disputas em que se instituem – trata-se de alvoroço, de efervescência.

Desse modo, mesmo que se pense em termos de cristalização, não se trata de algo imóvel ou imutável; todo dizer é um movimento e, quando cristalizado, faz-se nó de uma rede; não um ponto final, não um ponto isolado, mas nevralgico, lugar estratégico na dinâmica histórica que o institui e salienta. Essa ‘saliência’ tem a ver com as polêmicas em foco numa dada comunidade discursiva, com as crenças que as sustentam, com os discursos que as alimentam e que podem, também, transformá-las. Assim é que toda fórmula discursiva comporta uma densidade histórica que se presentifica na sua circulação, apoiada em pré-construídos e voltada a novas construções.

Nesses termos, pode-se abordar a ‘gênese’ de um discurso: como dizeres coesos se impõem na arena pública? Como ganham volume e delimitam uma identidade? Decerto algo sempre fala antes e alhures, mas podemos investigar movimentos de delimitação de um discurso, isto é, investigar a constituição de discursivizações, se nos situamos

[...] no lugar em que vêm articular-se um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ possível de circunscrever-se historicamente (MAINGUENEAU, [1984] 2008, p. 17).

Com base nessas considerações, elegemos, em um conjunto de dados mais amplo, o foco deste artigo: um documento de farta circulação que se apresenta em um gênero prescritivo, em um período de intensificação da ocorrência do sintagma ‘cultura de paz’ na arena pública. Os anos de 2001 a 2010 foram proclamados pela ONU (1999a e b) como a ‘Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo’; nessa conjuntura, tivemos contato com a cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) distribuída no ‘Encontro Internacional En Pie de Paz – Cultura de Paz, políticas públicas e desenvolvimento cultural’, realizado na cidade de São Paulo em 2011.

Essa cartilha passou a ser, desde aí, o documento de referência para a coleta de dados relativos à circulação do sintagma ‘cultura de paz’, posto apresentar-se como um documento que se pretende fundador de reflexões e práticas, portanto, de discursivizações: autodenomina-se ‘cartilha’, foi distribuído em um evento que discute amplamente

(é internacional) uma forte institucionalização política e cultural. Prescritiva por definição, essa cartilha, além de recuperar fontes, evocando memórias discursivas, “[...] busca contribuir significativamente para a mudança de modelo mental e da construção de uma cultura colaborativa [...]” (SOUZA apud DISKIN, 2009, p. 3). Para levar a cabo essa missão, traz em suas páginas o registro de ações variadas, conduzidas por instituições bastante diversas, que têm em comum o fato de a ‘cultura de paz’ estar explicitada entre seus objetivos.

Há desde programas de educação e formação desenvolvidos por escolas, universidades, institutos religiosos e ONGs de diferentes portes, até o estabelecimento de políticas públicas por algumas Secretarias Municipais. A respeito dessa multiplicidade de registros, lê-se na própria cartilha:

Estão em curso no Brasil centenas de programas, projetos, iniciativas e ações de Cultura de Paz promovidas como políticas públicas em setores governamentais; como cursos de extensão e especialização em universidades públicas e privadas; em capacitações de educação permanente para professores, agentes penitenciários, forças de segurança, gestores sociais, pais/mães e cuidadores, agentes comunitários, artistas, articulando as competências de agências internacionais, governo, empresas, organizações não governamentais e instituições religiosas (DISKIN, 2009, p. 30).

Diante dessa proposta de institucionalização, que reúne tão variadas iniciativas no que seria uma espécie de ápice dos debates da década proclamada pela ONU (1999a e b), pareceu-nos interessante investigar o que, afinal, se pode entender por ‘cultura de paz’. O sintagma, presente, por exemplo, em estatutos e editais como condição *sine qua non* para o pertencimento a dadas comunidades discursivas, ao mesmo tempo que faz convergirem para um eixo de sentidos ‘centenas de programas, projetos, iniciativas e ações’ que se reúnem em torno de algo comum, justamente por conta do espraiamento de iniciativas tão diversas, parece também abrigar divergências importantes, sobre as quais possivelmente repousam questões cruciais para a política e para a cultura. Essa é nossa hipótese de trabalho.

A noção de fórmula discursiva proposta por Alice Krieg-Planque

[...] impulsionada por um acontecimento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar (KRIEG-PANQUE, 2010, p. 26).

Nessa passagem, Krieg-Planque comenta um trabalho de Simone Bonnafous acerca da ‘semantização bastante heterogênea’ da palavra *intégration* no espaço público, devida ao *affaire du collège de Creil* [o caso do colégio de Creil], posteriormente chamado de *affaire du foulard* [o caso dos lenços], quando se verificou a intensificação das ocorrências desse sintagma no jornal *Le Monde* entre os anos 1989 e 1990. Com isso, a autora aborda o que refere como ‘intensificação da vida de uma palavra’.

Em entrevista concedida a Philippe Sheppens para a revista *Semen* em 2006, a pesquisadora diz tratar-se de

[...] um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 12).

Na obra *A noção de ‘fórmula’ em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico* (KRIEG-PLANQUE, 2010), esse objeto é delimitado pela autora como uma sequência linguística que manifesta quatro propriedades com implicações recíprocas, que depende, portanto, de uma rede de imbricamentos. Assim, uma ‘fórmula discursiva’:

1. Supõe um sintagma cristalizado;
2. Inscrito em uma dimensão discursiva;
3. Funcionando como um referente social;
4. Comportando um aspecto polêmico.

No que diz respeito ao ‘caráter cristalizado’, a fórmula deve se materializar em “[...] uma forma significativa relativamente estável [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61), seja ela uma unidade lexical simples (por exemplo, ‘globalização’) ou uma unidade lexical complexa (um substantivo composto como, por exemplo, ‘desenvolvimento sustentável’, ou mesmo uma frase, desde que apresente as propriedades acima). Essa sequência cristalizada é condição para tornar possível tanto a circulação da fórmula quanto o seu rastreamento pelo analista, o que não quer dizer que não possa condensar formas menos estáveis, na forma de paráfrases ou variantes dessa sequência mais cristalizada. Segundo a autora (2010, p. 71),

[...] é a concisão que permite à fórmula circular, no sentido material do termo, é ela que permite à sequência ser integrada a enunciados que a sustentam, a incluem, a retomam, a reforçam, a reiteram ou a recusam.

No caso do sintagma ‘cultura de paz’ (com as variantes ‘cultura da paz’ e ‘cultura para a paz’), temos uma unidade lexical complexa que se

cristalizou ao longo dos últimos vinte e três anos, se considerarmos o que nos diz a cartilha, na qual se registra que a expressão ‘cultura de paz’ tem sua primeira aparição em 1989, na Conferência Internacional sobre Paz na Mente dos Homens, realizada pela Unesco, em Yamoussoukro, na Costa do Marfim.

O documento que resultou do encontro é a ‘Declaração sobre a paz na mente dos homens’ (COMITÊ DA CULTURA DE PAZ, 1989), tratando-se, para Diskin, de

[...] um dos primeiros documentos internacionais a salientar a ‘mudança conceitual’ da Paz e as implicações disso na formulação das agendas e prioridades dos governos (2009, p. 19, grifo nosso).

Entre novembro e dezembro de 2012, o sintagma ‘cultura de paz’ contava com mais de dois milhões de ocorrências na ferramenta de busca do Google, entre rastros detectáveis majoritariamente em sites institucionais (principalmente governamentais e ligados à ONGs), além de um verbete na Wikipédia, figurando, portanto, numa forma bastante estabilizada, identificável e possível de rastrear.

Além dessa circulação na web, o próprio lançamento de uma cartilha contribuiu para essa cristalização, dada já pela própria assunção desse gênero prescritivo, destinado, também, no caso em tela, a documentar um evento de grande porte que, de certo modo, resulta de uma década de reflexões oficialmente deflagradas por uma organização internacional.

A produção de uma cartilha evidencia a necessidade de ‘ensinar’ o que significaria essa sequência linguística ‘cultura de paz’. Em todo caso, segundo a abordagem teórica com que lemos esse material, entendemos que, devido à heterogeneidade semântica que a fórmula supostamente subsumiria, essa cartilha acaba por extrapolar a rigidez conceitual típica do gênero, como veremos adiante.

No que tange à dimensão discursiva do sintagma cristalizado, deve-se ao fato de se constituir em uma materialidade linguística que “[...] não existe sem os usos que a tornam uma fórmula [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Assim, nenhum sintagma verbal está destinado a ser (ou não) formulaico, é necessária a análise de sua circulação em um determinado recorte temporal para que se verifique se alcança essa condição. Cabe notar que a sequência pode tanto surgir já com o status de fórmula, como supomos ser o caso da ‘cultura de paz’, quanto desenvolver esse caráter em sua trajetória, devido a algum uso particular (ou uma série de usos), como ocorre na maioria das vezes (CF. KRIEG-PLANQUE, 2010). A pesquisadora exemplifica com a sequência

sans-papiers [sem-documento], que parece ter se tornado uma fórmula na segunda metade de 1996, quando ocorreu 'o caso dos sem-documento da igreja Saint-Bernard', e o sintagma passou a ter uma aparição expressiva no espaço público, notadamente em substituição a *clandestins* [clandestinos], referência mais frequentemente atribuída, até então, aos estrangeiros que não portavam registro de permanência na França (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Acreditamos que no caso de 'cultura de paz', há uma fórmula discursiva devido ao próprio 'campo discursivo' (MAINGUENEAU, 2008) em que surge, que tem sido referido por Direitos Humanos. Para David Adams, responsável pelo desenvolvimento do Programa de Cultura de Paz da Unesco (1995), em 1992, a 'cultura de paz' pode ser compreendida através da combinação das duas resoluções das Nações Unidas, o 'Programa de Ação' e a 'Resolução das Nações Unidas de 1998 sobre a Cultura de Paz', a partir das quais ele constrói uma definição baseada em oito premissas:

Uma cultura de paz é uma abordagem integral para prevenir a violência e os conflitos violentos, e uma alternativa à cultura da guerra e da violência baseada na educação para a paz, na promoção da economia sustentável e do desenvolvimento social, no respeito pelos direitos humanos, na igualdade entre mulheres e homens, na participação democrática, na tolerância, no livre fluxo de informações e no desarmamento¹. (ADAMS, 2005, tradução nossa).

Cabe notar que, embora Adams (2005) coloque o 'desarmamento' como um dos pontos que definem a 'cultura de paz', no Programa de Ação elaborado pela Unesco (1995, para o qual ele também colaborou) e no Programa da Década da Cultura de Paz (baseado no primeiro), esse conceito é substituído por outro – 'paz e segurança internacional' –, sendo o desarmamento deixado como um dos vários subitens. Os oito temas desses dois programas ficam, então:

- Cultura de Paz através da educação;
- Economia sustentável e desenvolvimento social;
- Compromisso com todos os direitos humanos;
- Equidade entre os gêneros;
- Participação democrática;
- Compreensão, tolerância e solidariedade;
- Comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento;
- Paz e segurança internacional.

A numerosidade e, ao mesmo tempo, a opacidade dos temas que a sequência 'cultura de paz'

abriga atestam a disputa pelos sentidos atribuídos ao que seriam, por exemplo, a 'sustentabilidade', o 'desenvolvimento social', o 'livre fluxo de informações' para os diversos posicionamentos discursivos postos em relação justamente pela convocação do sintagma em suas textualizações.

É o que fica evidente no caso acima: a substituição de 'desarmamento' por 'paz e segurança internacional' abre espaço para diversas reivindicações discursivas para 'paz' e 'segurança': militarizadas, desarmadas, etc. Podemos pensar, por exemplo, nas UPPs instaladas em comunidades cariocas com vistas a 'pacificar os morros', como se lê diuturnamente nos noticiários e nos documentos oficiais também. Mais amplamente, não será ocioso lembrar que muitas das intervenções armadas dos anos 2000 foram deflagradas em nome do 'dever de ingerência', assumido pelos interventores como solução para conflitos locais (o que põe em questão o direito de soberania dos povos), ou para dirimir dúvidas (como aconteceu no Iraque em 2003, posto sob suspeição de desenvolver clandestinamente armas nucleares).

Na cartilha que analisamos, sobretudo numa seção intitulada 'Saber o sabor da experiência', os principais temas abordados nos projetos das entidades ali reunidas, condensados no fato de "Ter a cultura de paz explicitamente entre seus objetivos [...]" (DISKIN, 2009, p. 30), são destacadamente a 'educação para a paz' e a 'não violência', previstos no que seria aquele programa temático inicial da 'cultura de paz' e desdobramentos que fazem parte da grade semântica dos Direitos Humanos, como 'saúde', 'cidadania', 'ética'. Dentre as diversas instituições que figuram nessa seção da cartilha, a que mais chamou nossa atenção foi a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, envolvida nas ações policiais havidas na região paulistana conhecida como Cracolândia no início de 2012.

No que diz respeito ao funcionamento da fórmula como um referente social, segundo Pierre Fiala e Marianne Ebel, citados por Krieg-Planque (2011, p. 18), deve-se ao fato de que

[...] surgem fórmulas na linguagem em relação às quais o conjunto de forças sociais e o conjunto dos locutores são obrigados a tomar posições, a defini-las, a combatê-las ou a aprová-las, mas, em qualquer caso, a fazê-las circular de uma maneira ou de outra.

Em outras palavras, isso acontece quando a sequência torna-se presença obrigatória para além dos contextos sociais em que surge, transcendendo o lugar discursivo de origem e podendo, inclusive, "[...] funcionar como índice de reconhecimento que permite 'estigmatizar' – positivamente ou negativamente – seus usuários [...]"

¹ No original: *A culture of peace is an integral approach to preventing violence and violent conflicts, and an alternative to the culture of war and violence based on education for peace, the promotion of sustainable economic and social development, respect for human rights, equality between women and men, democratic participation, tolerance, the free flow of information and disarmament.*

(KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 74 – grifo do autor). O que nos remete à citação do início desta seção, em que Bonnafous diz que a 'palavra' torna-se um *slogan*, 'uma palavra de ordem'.

Um indício forte desse acontecimento, no caso de 'cultura de paz', é sua intensa adoção por universidades, associações e ONGs, além de sua presença em regras de concursos e em instâncias legislativas, muitas vezes devido ao reconhecimento e à visibilidade que seu uso confere à entidade – já que ações que se encaixariam perfeitamente dentro das concepções da 'cultura de paz', tal como delineadas por Adams (2005) e citadas anteriormente, muitas vezes não são reconhecidas como tal se não utilizarem explicitamente essa expressão. É o caso da referida seção 'Saber o sabor da experiência': os dez projetos que foram selecionados para representar didaticamente algumas das 'ações em prol da cultura de paz' não tiveram necessariamente o desenvolvimento de suas atividades avaliado, mas a presença de 'cultura de paz' entre seus objetivos funcionou como critério de seleção para figurarem exemplarmente nesse documento – uma cartilha, frisemos ainda uma vez.

No que tange ao caráter polêmico da fórmula, intimamente ligado à propriedade de referência social, institui-se pelo fato de a expressão tornar-se 'um suposto denominador comum', mas comportar diversos sentidos, reivindicados por institucionalidades distintas. É a 'generalização do termo' acompanhada de 'uma semantização bastante heterogênea', nas palavras de Bonnafous (citada por KRIEG-PLANQUE, 2010).

Essa característica permeia tudo o que dissemos anteriormente, devido ao fato de a fórmula condensar questões políticas e sociais que

[...] põe[m] em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100).

Se o sintagma 'cultura de paz' não é explicitamente alvo de questionamentos no espaço público institucional, como parece ser o caso, vemos esse fato menos como uma ameaça à sua condição de fórmula do que como consequência do espaço discursivo em que ele se inscreve.

A necessidade de um 'discurso único' sobre a instauração da paz planetária não pode ter eco senão em um mundo em que o 'discurso da guerra' é cotidianamente vivido e sentido pelos indivíduos que dele fazem parte, muitas vezes legalmente

legitimado por meio de ações as mais variadas, estatais e não estatais (como já citamos, nos múltiplos casos de ingerência internacional, ou, mais proximamente, nas denúncias sobre as UPPs, ou ainda nos inflamados debates sobre a maioria penal). Mas ele não é explicitamente enunciável, situação em que uma polêmica no sentido tradicional do termo seria instaurada.

Por exemplo, para cada um dos oito pontos colocados por Adams, havia, na versão inicial do programa de ação e da resolução enviados pela Unesco (1995) para as Nações Unidas, um contraponto para a 'Cultura da Guerra e da Violência', os quais foram eliminados da versão final, juntamente com essa expressão, por pressão da União Europeia. Segundo notas de Adams sobre encontro informal em maio de 1999,

O representante alemão, em nome da União Européia ... explicou o porquê de ele ter deletado a frase 'rápida transição de uma cultura de guerra e de violência para uma cultura de paz'. Segundo ele, não existe uma cultura de guerra e de violência no mundo² (ADAMS, 2005, tradução nossa).

Os questionamentos sobre a validade do sintagma 'cultura de paz' são restritos, portanto, a espaços menos institucionalizados, como comentários em blogs, e a (raras) críticas no âmbito acadêmico. Vemo-nos diante de um apagamento dos contrastes entre a nossa realidade e a construção simbólica do que seria uma 'cultura de paz', fenômeno este necessário à própria manutenção do *status quo*.

Uma cartilha para instituir uma fórmula?

Considerando a cartilha como um 'gênero instituído' (isto é, não conversacional), temos uma unidade territorial que funciona como um "[...] dispositivo sócio-histórico de comunicação [...]" construído a partir de práticas verbais instituídas socialmente (MAINGUENEAU, 2008, p. 16-17). Pela própria função de ensino e divulgação de um dado conteúdo, ela se constituiria em um 'gênero segundo', que explicita uma 'doutrina anteriormente constituída', e 'aberto', cujo discurso é (e deve ser, nesse caso) reproduzível pelos mais variados leitores (MAINGUENEAU, 2008).

Modzenski (2007), em um trabalho sobre a cartilha jurídica, recupera as origens desse dispositivo como suporte para a doutrinação cristã da população no século XVI, até chegar aos dias de hoje:

² No original: *The German representative, on behalf of the EU ... explained why he deleted the phrase 'speedy transition from a culture of war and violence to a culture of peace'. According to him, there is no culture of war and violence in the world.*

Como ‘herança’ das cartilhas de outrora, as atuais cartilhas educativas constroem uma determinada ‘representação de verdade’, ‘trazendo consigo uma certa credibilidade informativa com uma função normativa e reguladora de mostrar ao indivíduo como se deve agir diante das relações e ações sociais’ (GOMES, 2003, p. 157). Ou seja, para que consigam alcançar os seus propósitos – e, por extensão, os propósitos dos produtores do texto –, as pessoas devem seguir as normas e orientações estipuladas nas cartilhas, sem questioná-las (MODZENSKI, 2007, p. 1212, grifos do autor).

Em todo caso, na cartilha que estudamos – que é assim autodenominada –, notamos uma certa subversão da estrutura tradicional do gênero. Em vez de propor ‘normas e orientações’ bem delimitadas, vemos que a proposta é fundamentalmente “[...] inspirar iniciativas [...]” (DISKIN, 2009, p. 3), apresentando uma diversidade de ações realizadas em nome da ‘cultura de paz’, a qual, em nenhum momento, é objeto de definições ou especificações objetivas. Esse dado é interessante na medida em que materializa indícios da polissemia e mesmo da opacidade, que aponta para a dimensão polêmica da fórmula que é a razão de ser dessa cartilha peculiar.

Conforme o quadro teórico aqui convocado, pode-se dizer que há sempre um conjunto de movimentos entre os limites definidores dos gêneros e a permanente tessitura de liames. E as instituições têm um papel crucial na gestão desses movimentos.

Em sua conferência de 1983, intitulada ‘Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições’, Pêcheux (2002, p. 34, grifo do autor) advertia:

De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um ‘mundo semanticamente normal’, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento).

E também não serve de nada negar que esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber contra as ameaças de toda espécie: o Estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade.

No caso da cartilha em tela, esse movimento de gestão parece evidente, pela institucionalidade que convoca e pela diversidade que administra, ao

convocá-la com base em uma fórmula que se apoia numa memória não explicitada – afinal, não se explica o que é ‘cultura de paz’, sintagma que aparece como referência a algo sabido, conhecido – para projetar a necessidade de que certas práticas, aludidas por exemplos bastante variados, se multipliquem e avolumem um dado discurso, correspondente a um mundo desejável, porque supostamente melhor.

Em todo caso, pensar discursivamente a cultura, suas práticas e os objetos por ela produzidos supõe pensar formas de estabilização dos sentidos, o que supõe pensar limites definidores. Mas há sempre diversas ligações entre discursividades, que as definem também como discursivizações, isto é, discursos em movimento, em seus processos de gênese, produzindo-se. Assim, por definição, as fronteiras são, o tempo todo, ameaçadas e novamente demarcadas, condicionadas que estão ao jogo de forças estabelecido historicamente. O gênero discursivo é um cerco prenhe de escapes; a fórmula, possivelmente um indício dessa condição.

Considerações finais

Como dissemos, o estudo da cartilha *Cultura de Paz: redes de convivência* é ainda parcelar, uma vez que a tomamos como documento definidor da coleta de dados mais ampla, que persegue rastros do sintagma ‘cultura de paz’ fazendo a hipótese de que se trata de uma fórmula nos termos da proposta de Krieg-Planque (2010). Ou seja: pensamos ‘cultura de paz’ como uma sequência linguística reveladora do trabalho de produção de um consenso e que demanda, então, inescapavelmente, esforços coletivos permanentes para administração do dissenso, o que implica reconhecer a heterogeneidade de posicionamentos que configura toda atividade humana – talvez algo previsto na referência a ‘redes de convivência’.

Por fim, registramos que o interesse de estudar essa expressão, que cremos funcionar como uma fórmula discursiva, reside no fato de essa hipótese obrigar a um método: a observação do funcionamento, do jogo de implicações de variados posicionamentos, com suas flutuações, e no qual as identidades discursivas efetivamente se formulam, animando confluências que, em sua dinâmica, produzem um ‘efeito de consenso’. Efeito que parece necessário, e mesmo condição fundamental para a implantação de ações duradouras, mas que possivelmente só será democrático se for considerado em sua heterogeneidade irredutível.

Referências

- ADAMS, D. **Definition of culture of peace**. 2005. Disponível em: <<http://www.culture-of-peace.info/copoj/definition.html>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- COMITÊ DA CULTURA DE PAZ. **Declaração sobre a paz na mente dos homens**. Yamoussoukro: Comitê da Cultura de Paz, 1989.
- DISKIN, L. **Cultura de paz**: redes de convivência. São Paulo: Senac, 2009.
- KRIEG-PLANQUE, A. **Purification ethnique**. Une formule et son histoire. Paris: CNRS, 2003.
- KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de 'fórmula' em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.
- KRIEG-PLANQUE, A. 'Fórmulas' e 'lugares discursivos': propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (Ed.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- MODZENSKI, L. P. A formação sócio-histórica do gênero 'cartilha jurídica'. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007. Tubarão. **Anais...** Tubarão: USSC, 2007. p. 1204-1228.
- ONU-Organização das Nações Unidas. **Declaration on a culture of peace**. 1999a. Disponível em: <<http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243A.html>>. Acesso em: 22 mai. 2014.
- ONU-Organização das Nações Unidas. **Programme of action on a culture of peace**. 1999b. Disponível em: <<http://cpnn-world.org/resolutions/resA-53-243B.html>>. Acesso em: 22 mai. 2014.
- PECHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- UNESCO-United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization. **Unesco and a culture of peace**: promoting a global movement (UNESCO Culture of Peace Programme). Paris: Egoprism, 1995.

Received on February 2, 2014.

Accepted on April 24, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited